

ILMA. SRA. PREGOEIRA FERNANDA RIBOLDI - PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA PAULISTA

Referência: Pregão Eletrônico PE 048/2020

Processo Administrativo n.º3844/2020 - Portal: www.bbmnetlicitacoes.com.br

DOCK TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ N.º 06.175.172/0001-82, estabelecida na Rua Bahia, n.º210, bairro Novo Horizonte, Senhor do Bonfim-Bahia, CEP: 48.970-000 vem, por intermédio do seu representante legal, com fundamento na Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 5.268/16, Decreto Municipal nº 5.269/16, Decreto Municipal nº 3.235/06, Decreto Federal 8538/15, Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1.990 “Código de Defesa do Consumidor”, Portaria 22.980/18, Lei Complementar 123/06, Lei Complementar 147/14 e Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, até Vossa Senhoria, tempestivamente, apresentar suas:

CONTRARRAZÕES

Ao indevido e inconsistente recurso apresentado pela empresa **DINIZ TECNOLOGIA E SOLUCOES EIRELI EPP**, perante essa distinta Comissão de Licitação que de forma absolutamente justa e correta desclassificou a Recorrente no presente processo licitatório, bem como devidamente declarou classificada a **DOCK TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EIRELI**.

I- DO OBJETO DA LICITAÇÃO:

Constitui objeto da presente licitação o Registro de Preços para eventual e futura aquisição e instalação de equipamentos e materiais para implementação de segurança eletrônica através de câmeras de segurança com monitoramento realizado pela Guarda Civil Municipal, nas unidades da Prefeitura Municipal de Várzea Paulista, conforme descritivo constante do Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico PE 048/2020.

II- DA TEMPESTIVIDADE

As presentes Contrarrazões recursais são tempestivas, portanto, devem ser recebidas e objeto de julgamento de seu mérito, visto que foram interpostas dentro do prazo recursal, conforme preceitua o edital desta licitação, item 9.1:

9.1. - No final da sessão, a licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões dos recursos, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

O Recurso Administrativo interposto pela empresa DINIZ TECNOLOGIA E SOLUCOES EIRELI EPP, teve seu prazo findado dia 03/12/2020, portanto a recorrida tem o prazo para juntar suas contrarrazões até dia 07/12/2020. Presente, assim, o pressuposto de admissibilidade destas contrarrazões.

III- DOS FATOS:

- 1) A Recorrente, com o claro intuito de retardar o andamento do certame apresentou recurso administrativo absurdo, ensejando um julgamento demasiadamente sem fundamentos e desconsiderador dos princípios basilares que regem os procedimentos licitatórios.
- 2) A Recorrida foi justamente classificada visto que a mesma atendeu a todas as condições editalícias e, ainda, apresentou o menor e melhor preço desse pregão eletrônico, ou seja, **R\$ 785.000,00 (setecentos e oitenta e cinco mil)**. Sendo que **a Recorrente pretende macular este certame e ferir de morte ao princípio da economicidade, ao trazer inverdades em suas razões recursais e ofertar o valor absurdo de R\$ 1.185.000,00 (um milhão, cento e oitenta e cinco mil), o equivalente a 33,76% (trinta e três e setenta e seis por cento) a mais que o preço ofertado pela Recorrida.**
- 3) A Recorrente alega descabidamente e injustamente, em suma, que a Recorrida não cumpriu com as exigências técnicas estabelecidas em edital, apresentando produtos inferiores, além de não cumprir com alguns requisitos mínimos estabelecidos junto ao instrumento convocatório.
- 4) No entanto, nesta peça iremos contrapor item por item da peça recursal da Recorrente e demonstrar que a Pregoeira agiu dentro dos ditames da Lei, dos Princípios da Administração e das regras deste Edital do Pregão Eletrônico n. 048/2020.

IV- DA INJUSTA ALEGAÇÃO DE PRODUTOS INCOMPATÍVEIS COM O EDITAL:

A Recorrente tentando, injustamente, desclassificar a Recorrida alega em sua peça recursal que não foi cumprido os requisitos técnicos estabelecidos por esta comissão.

No entanto, d. Pregoeira, vislumbramos o desespero da Recorrente em criar situações que não condizem com a realidade.

ITEM Nº 9: Câmera Speed Dome IP

Alega a Recorrente que o modelo ofertado para o item 9- Câmera Speed Doe IP, DS-2DE4215IW-DE, HIKVISION, com base ao Datasheet, não atende não atende ao Termo de Referência.

Porém, visando macular todo este procedimento licitatório que ocorreu dentro da legalidade e lisura, não merece prosperar a falsa alegação da Recorrente.

Ressalte-se que a funcionalidade SIP aplicado em dispositivos como câmeras, permite que através de um evento (movimento, cruzamento de linha, etc) o sistema ative um alarme e passe a transmitir a imagem para um softphone. Entendemos que, se temos um software gratuito, que suporta receber alertas de eventos como citados acima, e gere a mesma funcionalidade, estar claro que o equipamento precisa fazer esta função, não necessariamente com esse protocolo. No caso o equipamento ofertado pode ser conectado a uma plataforma de software para Smartphone (por exemplo Hikconnect), e quando ocorre um evento é possível receber o alerta e o vídeo ao vivo, com a mesma funcionalidade do protocolo SIP. Além disso, a plataforma de gerenciamento gratuita que acompanha o equipamento, também pode receber este evento e através de configurações efetivar várias ações, todas atendendo a funcionalidade do protocolo SIP.

https://www.hikvision.com/content/dam/hikvision/products/S000000001/S000000002/S00000011/S00000012/OFR000026/M000005853/User_Manual/UD14905B_Baseline_User-Manual-of-Network-Speed-Dome_V5.6.12_20190802.pdf

ITEM Nº 01: Gravador digital de vídeo (DVR) 8 canais de vídeo:

Alega a recorrente que a recorrida ofertou equipamento para item 1 – gravador digital de vídeo (DVR) 8 canais de vídeo que não atende o termo de referência:

A alegação da Recorrente não merece prosperar, visto que por ser item comum em todos os equipamentos, está descrito a sua operação no manual apresentado.

Toda funcionalidade deste item esta contida nas configurações iniciais do equipamento ofertado, visto que inicialmente na pág 62, nas configurações de rede já se determina os IP's que serão operados pelo sistema. Além disso, a partir do Cap 3 na configuração das câmeras, na pag 69, é possível observar que podemos limitar quais IP's as câmeras poderão operar, seja no range determinado na pág 62, ou através de configuração manual, ou seja a função de FILTRO IP esta contida nestas operações e configurações que suportam essa funcionalidade.

Em primeiro lugar o protocolo DDNS (Dynamic Domain Name System) se trata de um protocolo universal para que esta funcionalidade seja reconhecida por todos os fabricantes, ficando claro aqui que o equipamento ofertado tem esta funcionalidade e a exigência de que este DDNS seja de uma determinado fabricante, sugere um direcionamento direto no certame, mas entendemos que esta comissão está julgando a necessidade e interesse do Público, do Município, e não a defesa ou direcionamento para um único fabricante.

Conforme item acima, esta confirmado na pag 12 do manual que o equipamento ofertado suporta a funcionalidade de "cloud" (nuvem), porém conforme item acima. Voltamos a insistir que o que estamos atendendo é a funcionalidade, e não o direcionamento para um único fabricante, no caso a Intelbras.

O equipamento ofertado pela Recorrida atende a todas as funcionalidades exigidas no edital, independente de fabricante!!

Portanto, mais uma alegação da Recorrente que não merece e não deve prosperar, ao bem da preservação aos princípios da Administração que regem as licitações públicas.

<https://www.hikvision.com/content/dam/hikvision/products/S000000001/S000000132/S00000133/S000000821/OFR000174/M000007977/User Manual/UD15088B Baseline User-Manual-of-Turbo-HD-Digital-Video-Recorder V4.21.000 20190613.pdf>

ITEM 2- GRAVADOR DIGITAL DE VÍDEO (DVR) 16 CANAIS DE VÍDEO:

Alega a Recorrente que as características do Gravador Digital apresentado pela Recorrida não atende ao item 2, mas, novamente, não merece prosperar tal alegação visto que o equipamento apresentado possui saída BNC em todos os modelos, conforme desenho da pag. 41, além da demonstração de configuração da saída BNC na pág. 202.

Todos os itens já foram respondidos acima, com exceção de SNMP que está descrito seu funcionamento e configuração na pag, 183. Todos os modelos da linha iDS-72xx possui saída BNC conforme pág. 40.

https://www.hikvision.com/content/dam/hikvision/products/S000000001/S000000132/S00000133/S000000821/OFR000174/M000007977/User_Manual/UD15088B_Baseline_User-Manual-of-Turbo-HD-Digital-Video-Recorder_V4.21.000_20190613.pdf

ITEM – CÂMERA INFRAVERMELHO

Alega a Recorrente, descabidamente, que o modelo ofertado pela Recorrida não atende as especificações do Termo de Referência para este item, THC-B120P, fabricante HILOOK.

Alega que a “câmera ofertada pela licitante é inferior ao exigido pelo TR do Edital quanto a relação sinal ruído”.

No entanto, de acordo com as normas técnicas, o que atenua os ruídos existentes no ambiente que pode vir a prejudicar a imagem está principalmente na blindagem do cabo e a correta instalação baseada em normas técnicas no que diz respeito ao aterramento dos equipamentos. Tal variação citada pela recorrente é menor do que 5%, se tornando insignificante para a solução ofertada.

Ademais, alega a Recorrente que o equipamento ofertado apresenta resolução mínima de Full HD 1080p e analógico de 600 TVL, lente 3.6mm que possibilita visualizar um local com um grau maior de abertura (51° na vertical e 97° na horizontal) e alcance de 20 metros.

Neste caso, temos o pleno desconhecimento da recorrente na relação entre o ângulo e quantidade de pixels por metro gerada por uma câmera de acordo com a resolução da mesma. Somente para ilustrar, cada fabricante tem seu modo de construir o sensor de captura de imagem e a depender do mesmo a lente poderá proporcionar ângulos variados. O

que temos aqui é que a câmera ofertada, embora forneça com a lente de 3.6mm um ângulo menor, quando temos a opção da lente de 2.8mm, esta atende plenamente às especificações.

Quanto à quantidade de pixels por metro fornecido ao sistema, se temos um ângulo de 97º de uma câmera, e outra de 102º, a quantidade de pixels contida na imagem em seus pontos são praticamente idênticos, pois as câmeras tem a mesma resolução. Pixel por metro, mede o número de pixels que está sendo capturada pela câmera, dividida pela largura horizontal da cena que está sendo coberto. Por exemplo, se você está vendo uma cena que mede 3 metros de largura com uma câmera que tenha uma resolução horizontal de 1000 pixels você teria $1000/3$, 333 pixels por metro de definição na imagem capturada. Os desenhos contidos no manual mostram a simulação de uma mesma câmera, utilizando lente de 2.8 e 3,6mm, link abaixo:

https://www.hikvision.com/content/dam/hikvision/products/S000000036/S000000159/S00000162/S000000283/OFR000389/M000009103/Data_Sheet/Datasheet-of-THC-B120-PC_V1.0.1_20181101.pdf

V- DA ALEGAÇÃO DA DESCONFORMIDADE DA PROPOSTA DE PREÇOS:

A Recorrente tentando, injustamente, desclassificar a Recorrida alega em sua peça recursal a desconformidade da proposta de preços.

Alega que a proposta de preços da Recorrida não atende às exigências do edital, no entanto, conforme muito bem verificado por V. Senhoria, d. Pregoeira, que conduziu este pregão com tamanha maestria, a empresa Recorrida preencheu todos os campos existentes no sistema, preencheu sua proposta de acordo com as regras do edital e atendendo sempre ao princípio da economicidade para a Administração Pública, veja que o valor global ofertado pela Recorrida é o menor deste pregão, estando, inclusive, abaixo 33% do valor da Recorrente.

Todos os campos dos sistema para a oferta da proposta de preços foram devidamente preenchidos, não cabendo a Recorrida acrescentar informações, sem campo para tal. Portanto, totalmente descabida a alegação da Recorrente, devendo ser julgado o Recurso Administrativo totalmente improcedente.

VI – DO FORMALISMO MODERADO

As decisões do Tribunal de Contas da União estão sempre prestigiando a adoção do princípio do formalismo moderado e a possibilidade de saneamento de falhas ao longo do procedimento licitatório.

Resumidamente, o formalismo moderado se relaciona a ponderação entre o princípio da eficiência e o da segurança jurídica, ostentando importante função no cumprimento dos objetivos descritos no art. 3º da lei de licitações: **busca da proposta mais vantajosa para a Administração, garantia da isonomia** e promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

Preceitua o TCU no acórdão 357/2015-Plenário:

“No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados”.

A sua utilização não significa desmerecer o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, mas sim de uma solução a ser tomada pelo intérprete a partir de um conflito de princípios.

A fim de melhor viabilizar a concretização do interesse público, pode o princípio da legalidade estrita ser afastado frente a outros princípios. (Acórdão 119/2016-Plenário)

Ademais, os princípios não são incompatíveis entre si. Sabe-se que diante de um conflito de princípios (como por exemplo: vinculação ao instrumento convocatório x obtenção da proposta mais vantajosa), a adoção de um não provoca a aniquilação do outro. Como exemplo, esse raciocínio pode ser percebido nas seguintes decisões do Tribunal de Contas da União:

“Rigor formal no exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosas, devendo as simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes, serem sanadas mediante diligências”. (Acórdão 2302/2012-Plenário) – grifo nosso

“O disposto no caput do art. 41 da Lei 8.666/1993, que proíbe a Administração de descumprir as normas e o edital, deve ser aplicado mediante a consideração dos princípios basilares que norteiam o procedimento licitatório, dentre eles **o da seleção da proposta mais vantajosa**”. (Acórdão 8482/2013-1ª Câmara) – grifo nosso

Dessa forma, considerando que a Recorrida atende a todas as funcionalidades propostas no edital, a todos os equipamentos e principalmente ao objeto da licitação, o presente Recurso Administrativo deve ser julgado, ao bem da proposta mais vantajosa, totalmente improcedente.

O certame licitatório não representa um fim em si mesmo, mas um meio que busca o atendimento das necessidades públicas, este é o propósito da licitação.

Como bem assevera o professor Adilson Dallari:

A “licitação não é um concurso de destreza, destinado a selecionar o melhor cumpridor de edital”.

VI- DA SOLICITAÇÃO:

- A) Diante de todo exposto, dado o correto julgamento que foi deferido por essa Douta Comissão de Licitação, na pessoa da Ilustre Pregoeira, conforme demonstramos cabalmente, solicitamos que receba estas Contrarrrazões e que o Recurso interposto pela **DINIZ TECNOLOGIA E SOLUCOES EIRELI EPP** seja negado o provimento total ao mesmo, visto que a Recorrida atendeu claramente as exigências do edital, no que tange as funcionalidades, equipamentos e objeto da licitação.
- B) E, diante de todo o exposto requer à V. Sas. seja dada a devida continuidade ao procedimento licitatório, seguindo à homologação do certame e a consequente assinatura do contrato à empresa devidamente classificada, a **DOCK TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EIRELI**, ora recorrida, respeitando aos princípios que regem as licitações públicas.

Nestes Termos

Pedimos Deferimento e JUSTIÇA!

Salvador, 07 de dezembro de 2020

RONALDO CLAUDIO CARNEIRO BARRETO
SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF:008.638.255-16